

Simular, dissimular, esclarecer: o pensamento utópico de Francis Bacon entre a fábula e a proposta política

To simulate, to dissimulate, to elucidate: Francis Bacon's utopian thought between the fable and the political proposal¹

Helvio Moraes

Universidade do Estado de Mato Grosso, Pontes e Lacerda, Mato Grosso / Brasil
helviomoraes01@gmail.com

Resumo: Neste estudo, meu objetivo é investigar a presença do mito, ou da fábula, na gênese do pensamento utópico de Francis Bacon. A pergunta principal que faço pode ser assim apresentada: de que modo as noções avançadas pelo filósofo em escritos anteriores, concernentes ao significado e à importância do mito e da imaginação, estão presentes e ajudam a plasmar seu utopismo? Uma questão secundária seria: como podem ser compreendidas e como se relacionam as noções de “fábula”, “modelo de Estado” e “proposta utópica”, principalmente se levarmos em consideração a *Nova Atlântida*, seu texto utópico *tout court*? Serão analisadas as ideias e os elementos que, partindo das releituras feitas pelo filósofo dos mitos da tradição clássica, vistos como resquícios de uma “sabedoria dos antigos”, participam na formação de seu pensamento utópico e, conseqüentemente, de seu texto ficcional de maturidade, a que denomino “fábula utópica”.

Palavras-chave: utopia; mito; Francis Bacon.

Abstract: In this study, my purpose is to investigate the presence of myth, or fable, in the genesis of Francis Bacon's utopian thought. The main question I am concerned about can be so presented: how do the notions advanced by the philosopher in previous writings

¹ Este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada com o apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

related to the meaning and importance of myth and imagination make themselves present and help to shape his utopianism? A secondary question would be: how can they be understood and how are they related to the notions of “fable”, “model of state” and “utopian proposal”, mostly if we take into account *New Atlantis*, his utopian text *tout court*? I analyze the ideas and elements, which, based on the readings made by the philosopher of the classical tradition myths, seen as remnants of a “Wisdom of the Ancients”, participate in the development of his utopian thought, and, consequently, of the form of his fictional text of maturity, which I call an “utopian fable”.

Keywords: utopia; myth; Francis Bacon.

Recebido em: 26 de setembro de 2016.

Aprovado em: 13 de janeiro de 2017.

Introdução

A *Nova Atlântida*, assim como o conjunto da obra de Francis Bacon (1561-1626), tem suscitado, nas últimas décadas, as leituras mais díspares entre seus estudiosos. A interpretação tradicional mais difundida e, ao que parece, mais aceita pelo dileitante, tem por base a ideia de que a *Nova Atlântida* é a culminação do pensamento baconiano, a síntese de suas mais profundas convicções filosóficas, políticas, religiosas. O texto representa, principalmente, a imagem de como seria, para o autor, uma comunidade política regida conforme os princípios da ciência, ou, mais especificamente, um retrato do mundo após a revolução científica e tecnológica, no sentido moderno dos termos, de que Bacon seria o primeiro porta-voz.

O jovem aristocrata que confessava ter tomado todo o conhecimento por sua província, como um ato de filantropia,² no sentido de estender a toda a humanidade os benefícios da conquista humana sobre a natureza, transforma-se, nas páginas desta historiografia de cunho positivista, num pensador impregnado de piedade cristã, profundo defensor do patriarcado e da monarquia e, ao mesmo tempo, um vate que prenuncia, com total otimismo e reverência, o advento do progresso da ciência e da era industrial.

² SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VIII, p. 109, tradução minha.

Tal apreciação tem passado por um processo de revisão crítica e, em alguns casos, de ostensiva contestação. Já em fins da década de 1950, Paolo Rossi, em seu clássico e, até hoje, fundamental estudo para a compreensão do pensamento baconiano em seu quadro histórico e intelectual, colocava em evidência, entre tantas outras coisas, o débito do escritor com a tradição mágico-alquimista, de teor fortemente hermético e neoplatônico, ainda que viesse a reconhecer, por outro lado, uma postura exacerbada por parte da historiografia subsequente, cuja “fórmula de uma ‘Bacon’s transformation of hermetic dream’” estaria prestes a “tomar o lugar da já desgastada e igualmente esquemática imagem de um Bacon ‘pai’ ou ‘fundador’ da ciência moderna”.³

Nas três últimas décadas, vários estudos oferecem interpretações bastante heterogêneas e abarcam muitas outras questões concernentes à complexa relação entre religião, política e ciência na obra de Bacon. Para citar poucos exemplos, para Paterson, “A verdadeira atitude de Bacon em relação ao cristianismo foi uma combinação de ceticismo, hostilidade e indiferença, e ele ansiava por uma decisiva diminuição do papel político e independente da religião como resultado do avanço científico”.⁴ Por outro lado, McKnight defende a ideia de que a reforma apresentada na *Nova Atlântida* baseia-se em profundas convicções religiosas, servindo como fundamento para o programa de prosperidade política e social, conquistada por meio do avanço do conhecimento.⁵ Smith nos fala da imagem de um estado dividido entre reivindicações contrárias, da parte da religião como do estado, em relação à ordem natural, não se tratando, portanto, de reivindicações entre formas divergentes de cristianismo – argumento este que a autora observa justamente no estudo de McKnight.⁶

O que aponto, ainda que sucintamente, acerca do debate sobre a religião, na obra de Bacon ou, mais especificamente, na *Nova Atlântida*, pode ser percebido também em relação aos pontos centrais de seu pensamento. Sua ideia de grandeza do Estado encontra pontos de vista

³ ROSSI. *Francesco Bacone*, p. IX, tradução minha. Edição brasileira: ROSSI, Paolo. *Francis Bacon: da magia à ciência*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini. Londrina: Eduel; Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

⁴ PATERSON. *On the Role of Christianity in the Political Philosophy of Francis Bacon*, p. 422, tradução minha.

⁵ MCKNIGHT. *The Religious Foundations of Francis Bacon’s Thought*, p. 11.

⁶ SMITH. *The New Atlantis: Francis Bacon’s Theological-Political Utopia*, p. 98-99.

absolutamente divergentes em White⁷ e Peltonen.⁸ A ausência de uma descrição da forma de governo de Bensalém, na *Nova Atlântida*, permite que se enxergue, no “silêncio” de Bacon, uma atitude conservadora, na defesa do governo monárquico.⁹ Para outros, são as instituições científicas que assumem, de fato, o poder, e o modo como operam é visto, por vezes, como democrático,¹⁰ outras, como se numa república oligárquica,¹¹ ou ainda como uma tecnocracia.¹² Não é meu propósito, nem caberia num curto espaço, apresentar o estado da arte em que se encontram os estudos sobre Bacon. Creio, porém, que tais considerações bastam para dar uma ideia da selva escura em que se embrenha, nos dias atuais, o estudioso da obra baconiana. A *Nova Atlântida* se apresenta como um caso ainda mais complexo, talvez pelo fato de ter sido uma das poucas incursões do autor no campo da dita “literatura inventiva”. A natureza deste escrito, por si só, já se coloca como uma questão delicada, para a qual não poucas – e, também neste caso, discrepantes – respostas já foram dadas ou ensaiadas.

Sendo assim, neste estudo, meu propósito é investigar a presença do mito, ou da fábula, na gênese do pensamento utópico de Francis Bacon. A pergunta principal que faço pode ser assim apresentada: de que modo as noções avançadas pelo filósofo em escritos anteriores, concernentes ao significado e à importância do mito e da imaginação, estão presentes e ajudam a plasmar seu utopismo? Uma questão secundária seria: como podem ser compreendidas e como se relacionam as noções de “fábula”, “modelo de Estado” e “proposta utópica”, principalmente se levarmos em consideração a *Nova Atlântida*, seu texto utópico *tout court*? Porém, penso ser relevante fazer uma ressalva: não é minha intenção apresentar, aqui, a leitura do texto baconiano como uma fábula moderna, embora acredite ser possível tal exercício, o que, de fato, venho fazendo em estudos recentes.¹³ Serão analisados as ideias e os elementos que, partindo

⁷ WHITE. *Peace Among the Willows*.

⁸ PELTONEN. *Politics and Science: Francis Bacon and the True Greatness of States*.

⁹ ALBANESE. *The New Atlantis and the Uses of Utopia*, p. 515.

¹⁰ ROSSI. *Francesco Bacone*, p. 40.

¹¹ BERNERI. *Viaje a través de utopía*, p. 150.

¹² TROUSSON. *Viaggi a nessun luogo*, p. 63.

¹³ Desenvolvi um estudo da *Nova Atlântida* nesta perspectiva durante minha pesquisa pós-doutoral, realizada junto à Università degli Studi di Firenze, na Itália, e concluída em 2016. Tal estudo – intitulado *O Espelho de Salomão: Estudo e Tradução Comentada*

das releituras feitas pelo filósofo dos mitos da tradição clássica, vistos como resquícios de uma “sabedoria dos antigos”, participam na formação de seu pensamento utópico e, conseqüentemente, de seu texto ficcional de maturidade, a que denomino “fábula utópica”.

Latente efetividade

Ao se analisar a fortuna crítica da *Nova Atlântida*, percebe-se que sua estrutura fabular não é o elemento a que a maior parte dos estudiosos se atém, ainda que o próprio título sugira uma relação com o famoso mito platônico. É possível que, dentre os elementos que compõem a narrativa baconiana, o que mais desperta o interesse de seus intérpretes seja sua latente efetividade, que lhe confere um aspecto pragmático (principalmente se se leva em conta sua última parte), ou, se devo evitar o risco do anacronismo, um caráter de proposta que redimensiona a categoria temporal na tradição utópica. Ainda que não seja imediata, a efetivação de grande parte das ideias contidas no relato pode ser vista como possível, razoável, plausível num arco de tempo relativamente curto.

Desde a juventude do autor, alguns textos que lhe são atribuídos, como uma *masque* apresentada durante as festividades natalinas de 1594, em Gray’s Inn – onde há 15 anos havia se estabelecido como advogado –, mostram-se como expedientes propícios para colocar em circulação, entre as mentes mais agudas e influentes do reino, as ideias fundamentais do grande projeto que – disto já tinha plena consciência – seria o de toda sua vida. Cerca de dois anos antes da *masque*, numa carta que veio a se tornar célebre, Bacon o declarara aberta e sinceramente a seu tio, William Cecil, Lord Burgley:

Confesso que tenho fins contemplativos tão amplos, assim como tenho moderados fins civis: pois tomei todo o saber por minha província; e se eu pudesse purgá-la de dois tipos de andarilhos, dos quais, um, com frívolas disputas, confusões e verbosidades, e o outro, com experimentos cegos, tradições auriculares e imposturas, têm cometido tantas pilhagens, creio que introduziria observações

da Nova Atlântida, de Francis Bacon – e os artigos dele decorrentes encontram-se em fase de publicação.

industriosas, conclusões fundamentadas, invenções e descobertas proveitosas; o melhor estado dessa província.¹⁴

É notório o empenho com que Bacon se dedicou para persuadir os dois monarcas, sob cujas regências viveu, da importância e dimensão de seu projeto de renovação do saber, na esperança de que, por fim, pudesse obter o apoio material necessário para concretizá-lo. De Elizabeth I, se é verdade que na infância havia lhe conquistado a afeição e a confiança de que teria um futuro proeminente,¹⁵ na juventude pouco ou quase nenhum favor obteve. Na verdade, percebe-se que a rainha o manteve cada vez

¹⁴ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VIII, p. 109, tradução minha. Data da mesma época o belo discurso escrito por ocasião da comemoração do aniversário de coroação da rainha. Merece destaque a parte final do discurso, que está em estreita consonância com o que afirma na carta a Burghley: “Não me deixe parecer arrogante e desrespeitoso destes grandes autores de renome. Deixe-me então dar a cada homem o que lhe é de direito, assim como dou ao tempo o que lhe é de direito, que é a descoberta da verdade. Muitos destes homens tinham maior inteligência, muito acima da minha própria e, do mesmo modo, há muitos nas universidades da Europa hoje. Mas, infelizmente, eles nada aprendem lá, exceto a acreditar: em primeiro lugar, a acreditar que os outros sabem o que eles não sabem; e depois, [que] eles próprios sabem o que não sabem. Mas, realmente, a facilidade em acreditar, a impaciência para duvidar, a temeridade para responder, a glória de saber, a dúvida em contestar, o propósito de ganhar, a preguiça de buscar, procurando as coisas nas palavras, deixando de lado a natureza; estas e outras coisas semelhantes, impediram o feliz consórcio entre a mente do homem e a natureza das coisas, ligando-a, ao invés, a vãs noções e cegos experimentos. E não é difícil considerar qual o futuro e o resultado de uma união tão honrosa. A imprensa, uma invenção grosseira; a artilharia, algo que não estava muito fora do caminho; a bússola, algo parcialmente conhecido antes; que mudança as três causaram no mundo de hoje; uma, no campo do conhecimento, outra, no da guerra, a terceira, no tesouro, nas mercadorias e na navegação. E afirmo que, estas três, se lhes depararam e descobriram por acaso. Portanto, não há dúvida que a soberania do homem jaz escondida no conhecimento, onde muitas coisas estão reservadas, as quais os reis com seus tesouros não podem comprar, nem com o seu poder, comandar; seus espíões e informantes não podem dar notícia alguma delas, seus marinheiros e descobridores não podem navegar onde medram. Hoje, governamos a natureza por opiniões, mas nos subjugamos a ela por necessidade; mas se por ela fôssemos guiados pela invenção, a ela comandaríamos pela ação.” (SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VIII, p. 125-126, tradução minha).

¹⁵ FARRINGTON. *Francis Bacon, filósofo de la revolución industrial*, p. 32.

mais à distância, ainda que Lord Burghley, não raras vezes, tenha buscado intervir na obtenção de algum benefício ou cargo de certa relevância.

Contudo, é durante o reinado de James I que ganham forma definida suas ideias relacionadas à instituição de uma nova forma de desenvolvimento da investigação científica, destacando-se, desde *The Advancement of Learning* (1605) – cujos dois livros são dedicados ao rei –, a noção de um empreendimento realizado em larga escala, demandando um grande trabalho de cooperação: “De forma que, se quiserdes que as ciências floresçam, deveis observar a lei militar de Davi, que era a seguinte: *aqueles que ficavam com o comboio deveriam ter a mesma parte daqueles que se punham em ação*”;¹⁶ caso contrário, as carruagens serão negligenciadas”.¹⁷ Mais adiante, precavendo-se contra possíveis acusações de inexequibilidade de um projeto tão ambicioso – que Bacon argutamente afirma tratar-se de *opera basilica* –, esclarece:

Suponho que deva ser considerado possível aquilo que possa ser feito por alguém, embora não por todos; e que possa ser feito por muitos, embora não por qualquer um; e que possa ser feito ao longo do tempo, não dentro da ampulheta da vida de um homem; e que possa ser feito por decisão pública, não por interesse particular.¹⁸

Merece atenção, por fim, um expediente que, por vezes, Bacon utiliza em sua busca de convencimento do rei. O filósofo se inspira em Salomão, personagem da tradição judaica que lhe é cara e frequentemente citada em seus escritos como exemplo de sabedoria e circunspeção, conciliando-a com a imagem de James, como na carta dedicatória da *Instauratio Magna*, em que pede:

Que vós, que em tantas coisas sois semelhantes a Salomão – na gravidade dos vossos juízos, na paz do vosso reino, na grandeza do vosso coração, na nobre variedade dos livros que compusestes –, continuásseis o seu exemplo

¹⁶ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 324-325, tradução minha, grifo do autor.

¹⁷ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 324-325, tradução minha.

¹⁸ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 328-329, tradução minha.

ordenando a compilação e aperfeiçoamento de uma História Natural e Experimental, verdadeira e rigorosa (expurgada da literatura e do saber livresco), unicamente destinada a servir de base à filosofia, [...] de modo que após tanto tempo, após a passagem de tantas eras, a filosofia e a ciência não mais flutuem no ar, mas assentem na sólida fundação de todo o tipo de experiências, em que as mesmas são bem examinadas e ponderadas.¹⁹

Embora o reinado de James seja um período repleto de êxitos políticos²⁰ (Bacon se torna chanceler em 1716) e de grande produção intelectual, a materialização de seu projeto, ou algo semelhante a ele, ficará para a posteridade, com a criação da Royal Society of London.

Estas considerações são suficientes para tornar clara a noção que propus de uma latente efetividade no pensamento utópico baconiano. Seria, contudo, um equívoco tomar o texto integralmente como uma proposta de ação prática, nos moldes dos utopistas franceses de inícios do século XIX, por exemplo. A descrição de alguns costumes e instituições de Bensalém contém elementos de sátira e de implícita crítica política e social, que dificultam uma leitura orientada no sentido da construção de uma cidade ideal. De fato, Bacon parecia não ter essa compreensão de utopia que, por outro lado, era um termo cujo sentido ainda se elaborava de forma incipiente.²¹

Leitor de Morus, Bacon compreendeu com clareza, no *Libellus aureus*, a força persuasiva de recursos ficcionais, que dariam maior “plasticidade” a ideias que vinham de um longo curso de amadurecimento. Some-se a isto o fato de ter optado por redigir seu texto em língua vernácula, para confirmar sua intenção de difundir-lo o mais amplamente possível, para além dos círculos intelectuais eruditos. Do mesmo Morus, não é possível ter-lhe escapado o engenhoso contraste entre o exame crítico de seu tempo e a descrição do mundo outro, permeados por

¹⁹ BACON. *Nova Atlântida*, p. 10. Para conferir o texto em inglês, ver SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. IV, p. 12.

²⁰ Assim como de fracassos. Em 1621, julgado e acusado por ter aceito suborno, Bacon não apenas é destituído de seu ofício junto à chancelaria, mas também preso na Torre de Londres. Além disso, perde, a partir daí, todos os seus direitos políticos. Ver LEARY JUNIOR. *Francis Bacon and the Politics of Science*, p. 53-58.

²¹ Ver LE DOEUFF. *Utopia Scholarly*, p. 442-444; QUARTA. *Paradigma, ideale, utopia*, p. 188-196 (embora nenhuma alusão seja feita a Francis Bacon).

elementos da sátira, o que, pelo contrário, parece fugir a grande parte de seus leitores, que os ignoram completamente, e leem seu escrito utópico tão somente como a descrição da comunidade perfeita sob as graças do empreendimento científico. Nem a descrição da conversão ao cristianismo nem a de alguns traços da estrutura social permitem tal leitura.

Se em *Morus* uma divisão mais nítida entre a crítica das instituições e o relato da alteridade utópica faz-se perceber pela apresentação do texto em partes distintas, em Bacon, estas duas facetas de uma mesma reflexão compõem uma espécie de amálgama não menos complexo que a fina ironia moreana. Por estas razões, uma vez salientado o apelo à concretização dos instrumentos, procedimentos e instituições elencados na parte final da *Nova Atlântida*, é também fundamental a compreensão do componente marcadamente alegórico presente no texto, e que congrega utopia e crítica. O mito clássico, ou a fábula, termo que Bacon prefere usar, ocupa um lugar de destaque no conjunto de sua obra. O filósofo o compreende e interpreta de uma maneira muito peculiar, “atualizando-o”, no sentido de uma leitura do cenário político, religioso e intelectual de seu tempo,²² a partir de uma sabedoria que crê encontrar-se oculta em sua linguagem cifrada. Assim, acredito que haja uma consonância entre o modo como o lê e o modo como emprega tal leitura na composição de seu relato utópico.

Fábula e interpretação da realidade

William Rawley, secretário, editor e biógrafo de Bacon, inicia o prefácio da *Nova Atlântida* advertindo o leitor quanto ao gênero do texto que tem em mãos: “Meu Senhor concebeu esta fábula com o fim de apresentar o modelo ou a descrição de um colégio fundado para a interpretação da natureza e a realização de grandes e maravilhosas obras para o benefício do homem.”²³ A crer em suas palavras, o objetivo de Bacon é mesmo a apresentação da estrutura e funcionamento de sua grande

²² Neste ponto, concordo com Farrington, quando afirma: “O admirável de suas interpretações não está em uma afetação de triunfo por chegar ao verdadeiro sentido original das fábulas – como se isto pudesse ocorrer – mas na astúcia com que extrai delas os ensinamentos que pretende.” (FARRINGTON. *Francis Bacon, filósofo de la revolución industrial*, p. 84, tradução minha).

²³ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 127, tradução minha.

instituição científica. E não parece haver um objetivo secundário, ou mais, o que, de certa forma, surpreende, dado que, embora esta descrição ocupe grande parte do texto, praticamente os dois terços restantes referem-se ao processo que leva o narrador (e seus companheiros) à visita à Casa de Salomão. O secretário nos informa que outro objetivo, o de apresentar “uma estrutura de leis, ou o modelo do melhor estado ou república”, teve de ser abortado, porque “longo seria o trabalho”, o que levou o filósofo a dar prioridade a “seu desejo de coligir a História Natural”. Qual seria, então, o sentido do extenso relato que precede a descrição do colégio de cientistas, visto que Rawley não faz nenhuma menção a esta parte? Se o objetivo é unicamente tal descrição, qual o motivo de se dedicar longas páginas à questão religiosa e a certos costumes dos bensalemitas? Há uma relação que subjaz tais relatos e a parte principal do texto? Além de lacônico, o prefácio de Rawley, penso, é conscientemente lacunar. Cabe ao leitor preencher este silêncio intencional, tanto por parte do secretário quanto do autor.

Uma primeira indicação pode estar no uso de dois termos que, *a priori*, no âmbito dos estudos utópicos, sugerem certa contradição: “fábula” (*fable*) e “modelo” (*model*). O primeiro identifica os textos nos quais predominam a experiência onírica ou elementos do fantástico. O segundo geralmente se refere a algum tipo de normativa, em que os recursos ficcionais, quando comparecem, são mais raros. Ao “modelo” é mais fácil vincular a ideia de proposta, ou projeto, e, numa narrativa utópica, tende mesmo a captar a atenção do leitor como se fosse o desígnio principal do autor: o centro ou meta para onde converge toda a narrativa ou descrição. No caso em questão, os termos também parecem ter sido empregados de modo contrastante, já que a fábula não é apresentada como um modelo. Ela é composta para (*to the end*) nela ser introduzido (*therein*) o modelo de instituição científica. A fábula, a instância ficcional, portanto, teria uma função que Rawley não menciona.

Bacon muito raramente se serviu do universo fabular como possibilidade de criação literária, sendo a *Nova Atlântida* um destes poucos exemplos. Contudo, desde pelo menos os primeiros anos do novo século, este universo o atraía, a ponto de dar uma particular atenção à estrutura e à temática do mito em um texto publicado em 1609, *De sapientia veterum*.

Como afirmei acima, a abordagem que faz de alguns mitos da antiguidade grega é bastante idiossincrática, pois os lê a partir das – e

para uma explicação das – circunstâncias político-sociais e do quadro cultural de seu tempo. Contudo, o que permite com que assim proceda é sua crença na ideia de que o mito transmite, ainda que de forma velada, uma sabedoria antiga, anterior à decadência intelectual que o filósofo vê marcada pelo surgimento da filosofia dos gregos, principalmente de Platão e Aristóteles, autores nos quais, ainda segundo Bacon, sobeja uma altivez desdenhosa do arcabouço cultural que os tempos remotos legaram, aliada a um distanciamento cada vez maior do contato direto com a natureza, agravado (principalmente no caso do filão platônico) pelo refinamento da linguagem e do ornamento retórico²⁴. A polêmica contra as auctoritates, principalmente Aristóteles, não é, de fato, novidade nos pensadores da Renascença tardia, muito menos a crença numa sabedoria primitiva. No entanto, em relação à primeira, a crítica de Bacon é, mais que ousada, devastadora em medida muito mais ampla do que a de qualquer contemporâneo seu. Embora possa ser vista como desmesurada e, não raro, infundada, ainda que tendendo a se atenuar nos escritos subsequentes, ela se mantém, principalmente na insistência de que o saber livresco, por si só, não é capaz de levar ao verdadeiro conhecimento da natureza. Em relação à segunda, o filósofo evita seguir uma longa tradição de fundo hermético-platônico, ao oferecer uma reelaboração que, acima de tudo, suprime a dimensão metafísica nela contida. Esta tradição, de que Ficino talvez tenha sido o mais influente divulgador, professa a existência de uma prisca sapientia, transformando a antiguidade egípcia

²⁴ A sua crítica mais veemente às *auctoritates*, entre as quais se distinguem Platão e Aristóteles, pode ser observada no *Temporis partus masculus*, de 1603. Como o próprio autor afirma, seu método consiste em “investir contra um por um [dos grandes pensadores do passado], nominando-lhes, para que, tendo em vista que gozam de tanta autoridade, aqueles não mencionados [ou seja, os seus ‘satélites e parasitas, e toda a turba venal de professores’] não se sintam excluídos”. A Aristóteles dirige sua invectiva mais violenta, considerando-o “o pior dos sofistas, aturdido por sua inútil sutileza, vil escárnio das palavras”. Sua culpa mais grave residiria no fato de ter se voltado “ao aberto exame da história”. [Bacon abarca aqui o conhecimento da natureza como uma “história natural”], dele construindo, “dos fatos particulares, certas teias que apresenta como causas, sendo, pelo contrário, privadas de qualquer consistência e valor”. O grande alvo destas críticas me parece ser os escolásticos, a quem se refere como “ardilosos falastrões”. Em seguida, afirma que a Platão se deve, num sentido negativo, o “acrescentar graça e agradabilidade às conversações cotidianas” (BACON. *Il parto maschio del tempo*, p. 107-108, tradução minha).

no berço de todo o conhecimento filosófico e da verdadeira experiência religiosa que, posteriormente, serão transmitidos de forma cifrada, por meio de “espíritos eleitos”, como Hermes Trismegisto, Pitágoras e Platão. A poesia guarda este conhecimento antigo e, por isto, está acima de, e abraça, todos os demais campos do conhecimento, expressando a linguagem divina transmitida por meio do poeta, que a ela acede tomado pelo furor.

Em Bacon, o papel da poesia é, também, primordial. Ela é tudo o que resta de uma sabedoria que se perdeu:

Os tempos mais recuados (exceto os fatos que lemos nas escrituras sagradas) estão envoltos em silêncio e esquecimento. Ao silêncio da Antiguidade seguiram-se as fábulas dos poetas; e às fábulas, os escritos que possuímos. Assim, entre os recessos da Antiguidade e a memória e evidência dos séculos que se seguiram, desceu como que um véu de lendas, o qual se interpôs entre o que pereceu e o que subsistiu.²⁵

Até chegar a esta formulação, Bacon realiza todo um percurso, um tanto complexo, durante a primeira década de 1600, partindo, porém, no *Temporis partus masculus* (1603), da ideia de que a sabedoria antiga não porta interesse algum a ele, que começa a preparar o caminho para o benefício do gênero humano.²⁶ Os poucos fragmentos que lhe interessam (mais as invenções do que os livros), são, para ele, antes provas de diligência e de uma nativa sabedoria do que de verdadeira ciência. Rossi reconstitui com muito rigor este percurso, passando em revista, também, textos só postumamente publicados, além do *Advancement of Learning* (1605), concluindo que

entre 1605 e 1609 (talvez, mais precisamente, entre 1607 e 1608) amadureceu, pelo visto, em Bacon, a consciência da necessidade de assumir uma nova atitude: as afirmações incertas do *Advancement of Learning* sobre o valor alegórico dos mitos e sobre a prioridade, defendida por Bacon, da fábula frente a suas interpretações, foram

²⁵ BACON. *A sabedoria dos antigos*, p. 17. Para conferir texto em inglês, ver SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VI, p. 695.

²⁶ BACON. *Il parto maschio del tempo*, p. 115, tradução minha.

substituídas, no prefácio ao *De sapientia veterum* por um tom de segurança e uma adesão à tradição alegórica [...]²⁷

Um ponto importante deste processo merece ser salientando: Bacon escreve alguns opúsculos em que polemiza violentamente contra praticamente toda a tradição filosófica legada pela antiguidade (e seu prolongamento nas mais diversas formas de apropriação nas reflexões, métodos e procedimentos dos pensadores medievais). Em algum momento, percebe que esta conduta está fadada ao fracasso. Rossi nos informa que, após a conclusão de uma segunda revisão dos *Cogitata e visa* (1607), Bacon submete o texto à apreciação de dois intelectuais, sendo um deles Sir Thomas Bodley, fundador da biblioteca de Oxford, cuja resposta pode ter sido um dos motivos que o levaram a desistir de publicar estas invectivas que, na verdade, poderiam surtir efeito muito contrário ao que intencionava. Num trecho da carta, “Bodley repreendia asperamente Bacon por sua recusa decidida da cultura tradicional e, concluindo, afirmava: ‘Devido ao tom e ao argumento de tua dissertação, não encontrarias em nenhuma academia um tribunal disposto a absolver-te’”.²⁸

É justamente nesse momento que se percebe uma mudança mais tangível do juízo de Bacon acerca da sabedoria antiga e o reconhecimento da exegese alegórica. Uma vez que o confronto direto com o saber tradicional e a divulgação aberta e imediata do novo saber que buscava propor corriam o risco de encontrar resistência ou aversão por parte de uma intelectualidade conservadora, ou até mesmo de mentes mais receptivas a ideias inovadoras, pareceu-lhe, segundo Rossi, que “as doutrinas que almejava difundir [pudessem] ser apresentadas de modo indireto: sob o patronato da antiguidade e sob o véu da alegoria”.²⁹ *De sapientia veterum* nasce desta convicção. Daí, o tom mais assertivo das ideias que apresenta no prefácio, do qual, além das linhas iniciais, já referidas, destaco três excertos:

Certamente, de minha parte (livre e candidamente o confesso), inclino-me a esta opinião: de que, sob um número não pequeno das fábulas dos poetas antigos, conserva-se, desde o início, um mistério e uma alegoria.

²⁷ ROSSI. *Francesco Bacone*, p. 242, tradução minha.

²⁸ ROSSI. *Francesco Bacone*, p. 233, tradução minha.

²⁹ ROSSI. *Francesco Bacone*, p. 234, tradução minha.

[...] A verdade é que em algumas dessas fábulas, tanto na própria estrutura e textura do relato como na adequação dos nomes pelos quais as pessoas que ali figuram se distinguem, encontro uma conformidade e uma conexão com a coisa significada, tão próxima e tão evidente, que não se pode deixar de acreditar tal significação ter sido delineada e pensada desde o início, e propositamente obscurecida.³⁰

As fábulas têm-se prestado a dois usos diferentes e, o que é estranho, a propósitos contrários: elas iludem e escamoteiam, mas ao mesmo tempo esclarecem e ilustram. Para sustar polêmicas, deixemos de parte o primeiro desses usos e suponhamos que as fábulas eram criações sem propósito definido, elaboradas apenas por prazer. Mas, e o segundo uso? Nenhum raciocínio engenhoso nos fará ignorá-lo. Um homem de faculdades medianas não negará que essa é uma aquisição grave e sóbria, isenta de vaidades; utilíssima às ciências e às vezes indispensável a elas. Refiro-me à adoção das parábolas como método de ensino, graças ao qual invenções novas e abstrusas, distantes do arraçoado vulgar, encontram passagem fácil para o entendimento.³¹

Assim como os hieróglifos vieram antes das letras, as parábolas vieram antes dos argumentos. E ainda hoje, se alguém quiser lançar nova luz sobre um assunto na mente humana, sem ofensa ou aspereza, deve adotar o mesmo sistema e procurar a ajuda dos símiles.³²

Estas formulações serão praticamente definitivas. Na fase madura de sua obra, ao retomar suas considerações sobre a poesia parabólica, que antepõe à narrativa e à dramática,³³ não se distanciará dos pontos que

³⁰ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VI, p. 696, tradução minha.

³¹ BACON. *A sabedoria dos antigos*, p. 21. Para conferir texto em inglês, ver SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VI, p. 698.

³² BACON. *A sabedoria dos antigos*, p. 21. Para conferir texto em inglês, ver SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VI, p. 698.

³³ É interessante a distinção que faz entre os três tipos de poesia, presente no *De dignitate et augmentis scientiarum* (1623): “A poesia narrativa é mera imitação da

destaco acima. As fábulas, desde o início, foram concebidas com uma intencionalidade que, no entanto, foi envolta em mistério, sob o véu da alegoria. Sua função é a de comunicar, por este modo oblíquo, juízos e pensamentos que, de outra forma, não seriam facilmente aceitos, muito menos compreendidos. Este modo indireto recorre, primeiramente, aos sentidos e a imagens sensíveis para representar de forma mais clara (e, como afirmará no futuro, também persuasiva) conceitos e ideias, “objetos do intelecto”, como se depreende da definição que elabora de poesia parabólica. Só deste modo é possível compreender sua noção de que a fábula e a parábola antecedem a argumentação racional – assim como os hieróglifos vêm antes das letras, estas vêm antes dos argumentos.

As fábulas são intrinsecamente marcadas por um duplo atributo, aparentemente contraditório: o de ocultar ou dissimular uma verdade, sob o véu da linguagem cifrada, e ao mesmo tempo revelar esta verdade, justamente por meio deste modo oblíquo, que se utiliza de imagens de fácil compreensão, porque sensíveis.³⁴ A noção de um artefato artístico

História, de forma que pode passar-se por real, exceto pelo fato de que comumente exagera as coisas além da probabilidade. A poesia dramática é como uma História que se faz visível; pois representa ações como se fossem presentes, enquanto a História as representa como passado. A poesia parabólica é uma História característica, pela qual as ideias que são objetos do intelecto são representadas por formas que são objetos do sentido.” (SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. IV, p. 315, tradução minha).

³⁴ No *De dignitate*, Bacon torna mais claro o que enuncia muito brevemente no prefácio de *De sapientia veterum*, principalmente em relação ao aspecto dissimulador da fábula: “Ela [a parabólica poesia] é de duplo uso e serve para fins contrários; pois serve para ocultar; e da mesma forma serve para ilustrar. Neste último caso, o objeto é um certo método de ensino; no primeiro, um artifício para a dissimulação. Assim, este método de ensino, que serve para a ilustração, foi muito usado nos tempos antigos. Pois as invenções e as conclusões da razão humana (mesmo as que são agora comuns e banais), sendo novas e estranhas, a menos que se esclareçam por este tipo de semelhanças e exemplos, não se deixam captar suficientemente e com agudeza pelas mentes dos homens. E, assim, os tempos antigos estão cheios de todos os tipos de fábulas, parábolas, enigmas e similitudes [...]. Mas há ainda um outro uso da poesia parabólica, em contraste com o primeiro: ela serve (como eu disse) para ocultar; a dignidade de tais, quero dizer, exige que devam ser vistas como que através de um véu; o que acontece quando os segredos e mistérios da religião, da política e da filosofia estão envolvidos em fábulas ou parábolas. [...] devo confessar que me inclino a pensar que um mistério está envolvido em grande número delas. Nem o fato de serem geralmente deixadas para

ou textual que dissimula algo, ao mesmo tempo em que revela, não é, de fato, uma contribuição original do filósofo. É uma noção presente na doutrina da *prisca sapientia*. No entanto, num ponto Bacon claramente dela se afasta: a tradição hermético-neoplatônica via o ocultamento da verdade por meio de uma linguagem criptográfica, compreensível apenas por um grupo bastante reduzido de iniciados. Há nela um componente místico – que Bacon explicitamente reconhece, embora, a meu ver, prontamente o evita³⁵ na crença de uma verdade metafísica que é, assim, anunciada. Igualmente, a ideia de um conhecimento partilhado por um pequeno número de homens, providos de uma inteligência singular, não encontra defesa em nenhuma passagem de seus escritos.

Há, porém, uma faceta desta doutrina que o filósofo parece admitir, reelaborando-a de forma muito pessoal, no oitavo livro do *The Advancement of Learning* (1605), próximo, portanto, do período de redação de sua utopia: “se meu tempo livre, de ora em diante, permitir que eu produza algo concernente ao conhecimento da política, a obra deverá ser inconclusa ou póstuma”.³⁶ Implicamente, ela diz respeito à problemática relação, não raro antitética, entre o conhecimento e o poder: desde os antigos, há momentos em que, por se contrapor ao poder político, a verdade não pode ser enunciada, em vista do perigo que

meninos e gramáticos, e tidas em baixa estima, me faz desprezá-las; mas sim, uma vez que é evidente que os escritos em que estas fábulas encontram-se relatadas são, ao lado da história sagrada, os mais antigos dos escritos humanos, sendo as próprias fábulas ainda mais antigas (pois são relatadas não como sendo inventadas pelos escritores, mas como coisas cridas e recebidas de um passado remoto), eu as considero uma espécie de alento das tradições de nações mais antigas, que se introduziu nas flautas dos gregos [...]” (SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. IV, p. 316-318, tradução minha).

³⁵ Não somente na citação inserida na nota acima, mas também em tantas passagens de sua obra. Quando o autor percebe a possibilidade de uma “leitura metafísica” da fábula, imediatamente dela se esquivava, como – para termos um exemplo – ao fim de sua interpretação do mito de “Prometeu, ou condição humana”, em que diz se abster, propositadamente, “de toda licença e especulação desse tipo, não fosse porventura levar chama estranha ao altar do Senhor” (BACON. *A sabedoria dos antigos*, p. 86. Para conferir texto em inglês, ver SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. VI, p. 753).

³⁶ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. V, p. 79, tradução minha.

correriam aqueles que, conhecendo-a, quisessem propagá-la. Por temor de suas próprias vidas e pela salvaguarda de seu bem-estar, legam-na à posteridade por meio de escritos complexamente codificados.

Francesco Patrizi da Cherso, autor que Bacon leu, havia fornecido sua leitura deste tema através de um mito exposto no primeiro de seus dez *Dialoghi della retorica* (1562). Por insolência, os homens, que viviam, a princípio, uma existência de plena satisfação e conheciam “todas as verdades e todas as virtudes de todas as coisas”,³⁷ tentam ascender aos céus, no que são duramente castigados por Júpiter e Plutão. Após a queda, os poucos sobreviventes, abandonados pela divindade, movidos pelo medo e pela necessidade, ao se reencontrarem, se abraçam e passam a viver juntos, fundando as cidades e mantendo a “doçura da lembrança de sua felicidade anterior”.³⁸ Porém, pelo castigo divino, passam a ver as coisas através de um véu, e as gerações mais novas concebem o conhecimento da verdade como a causa da ruína de seus antepassados.³⁹ Para Patrizi, a vida civilizada forja uma linguagem nascida do medo e da ambição pelo poder e, portanto, enganosa. Ela surge juntamente com a técnica e com as artes, para o engano e a opressão dos mais fracos e, quando alguém, “por acaso”, descobre alguma verdade e quer manifestá-la,

para que, por ela, não seja, pelos outros, censurado, vituperado ou acerbamente punido, por temor que, pela descoberta da verdade, maior infelicidade lhe aconteça, de mil modos a encobre. E, assim, as ciências são ensinadas através de enigmas, fábulas, figuras, números, e mil outros modos velados, em sacrários, sob silêncio.⁴⁰

Porém, Bacon, tendo aceito anteriormente a ideia de que a sabedoria antiga é transmitida por estas diversas formas, se sustém neste

³⁷ PATRIZI. *Della retorica dieci dialoghi di M. Francesco Patritio*, p. 6r, tradução minha.

³⁸ PATRIZI. *Della retorica dieci dialoghi di M. Francesco Patritio*, p. 7r, tradução minha.

³⁹ O tema da queda do homem é também central no pensamento de Bacon. A queda é o início da longa história de um falso saber (GUIBBORY. Francis Bacon View of History, p. 337). A partir dela, o conhecimento passa por um processo cíclico de decadência, que somente pode ser quebrado se os “filósofos aceitarem seu inspirado plano para o progresso do saber” (GUIBBORY. Francis Bacon View of History, p. 341, tradução minha). Numa chave maquiaveliana, Bacon se vê como o homem de *virtù*, no âmbito de uma completa transformação do conhecimento, sobre bases radicalmente novas.

⁴⁰ PATRIZI. *Della retorica dieci dialoghi di M. Francesco Patritio*, p. 7r, tradução minha.

ponto, ao passo que Patrizi e parte dos neoplatônicos vão mais longe, no sentido de empreender uma busca pela verdade metafísica contida nestes escritos.

O filósofo é, por outro lado, mais patente em relação ao segundo aspecto da poesia parabólica. Percebe, de forma aguda, sua grande força didática e persuasiva na comunicação de ideias não convencionais, com a vantagem de fazê-lo sem causar “ofensa ou aspereza”.

É pertinente investigar um pouco mais o modo como Bacon concebe esta função retórica da poesia, visto que frequentemente mostra-se cético ou hesitante quanto ao poder das artes do discurso. Condena com veemência o pedantismo e o excesso de ornamento na linguagem, o primeiro, principalmente nos sofistas (e, em seu tempo, nos escolásticos), cujas disputas vazias aprisionam o entendimento; o segundo, principalmente na filosofia platônica que, “fantasiosa, tímida e metade poética, engana-o [o intelecto] principalmente pela lisonja”.⁴¹ Contudo, atribui à retórica uma função de grande relevância na transmissão do conhecimento. Jardine argumenta que, em Bacon,

a retórica é guiada pela, ou explora, a capacidade da mente de criar imagens, assim como a lógica desenvolve sua capacidade de raciocínio. Assim como a lógica apresenta argumentos de tal forma que a razão dá seu assentimento às conclusões, a retórica apresenta as conclusões da razão do autor em imagens vívidas, cuja força persuasiva produz assentimento à proposição e movimento em direção ao objetivo desejado.⁴²

Portanto, três elementos se destacam na concepção baconiana de retórica: a razão, a imaginação (capacidade da mente de criar imagens) e a vontade (assentimento à proposição e movimento em direção ao objetivo desejado). A imaginação ocupa um papel intermediário.⁴³ Ela é secundada

⁴¹ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. IV, p. 66, tradução minha.

⁴² JARDINE. *Francis Bacon*, p. 219, tradução minha.

⁴³ “É verdade que a imaginação é um agente ou *nuncius* em ambas as províncias, tanto a judicial quanto a ministerial” (SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 382, tradução minha).

pela razão, apresentando o pensamento do autor em imagens vivas, por si só eloquentes, para que a vontade seja posta em movimento, em ação.⁴⁴

Vickers discorda, em muitos pontos, do estudo de Jardine, principalmente quanto à ideia de uma sujeição por parte da retórica à dialética.⁴⁵ Neste caso, seria como se a capacidade de raciocínio pertencesse apenas à lógica, cabendo à retórica tão somente a função de criar imagens. A retórica teria um caráter estritamente ornamental.⁴⁶ O professor, por outro lado, aponta sempre tanto a relação de complementariedade entre as duas disciplinas no pensamento baconiano quanto outro aspecto de sua concepção retórica, voltado fundamentalmente para a consecução de resultados práticos e imediatos:

é óbvio que ele a concebe como um discurso persuasivo e efetivo, capaz de provocar um efeito decisivo nas relações humanas. De fato, sua discussão sobre a retórica tem início ao situá-la com firmeza na tradição humanista florentina, com sua ressaltada valorização da linguagem dentro da vida activa.⁴⁷

Este não é um estudo dedicado exclusivamente ao papel da retórica na obra baconiana e, obviamente, não pretendo esgotar um assunto tão amplo em espaço tão curto. O que me interessa, principalmente, é indicar como estas considerações nos ajudam a compreender a composição da *Nova Atlântida* e como se justifica uma interpretação que une análise e crítica das instituições político-sociais e o aspecto prático de uma

⁴⁴ “O dever e o ofício da Retórica é aplicar a Razão à Imaginação para melhor mover a vontade” (SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 409, tradução minha).

⁴⁵ VICKERS. *Bacon and Rhetoric*, p. 201-203, tradução minha.

⁴⁶ Em relação a este ponto, válidas são as palavras de Rossi: “Quando Bacon define a retórica como sendo a doutrina de *illustratione sermonis* (*the illustration of tradition*) parece mover-se no âmbito dessa segunda direção e de uma redução da retórica a estilo ou ornamento. A posição de Bacon é, na realidade, bastante diferente [...]. Para Bacon, [...], a retórica é *uma das quatro artes intelectuais que constituem a lógica* e, como a lógica – mesmo se num terreno diferente e com instrumentos diferentes – tem a tarefa de instaurar o domínio da razão e de defender a razão de qualquer possível enredamento ou perturbação” (ROSSI. *Francesco Bacone*, p. 365, tradução minha).

⁴⁷ VICKERS. *Bacon and Rhetoric*, p. 210, tradução minha.

proposta de reforma, em que a categoria da “imaginação” desempenha um papel central.

Cabe uma última consideração quanto à representação da imaginação como um Jano Bifronte: “A face voltada à Razão tem a marca da Verdade, enquanto a que se volta para a ação tem a marca do Bem”.⁴⁸ A analogia torna clara a ideia da imaginação como fulcro deste processo, pois ela não recebe simplesmente da razão as imagens com as quais produzirá um discurso capaz de mover os homens. Como o deus, parte dela tanto o material a ser submetido ao crivo da razão quanto tal discurso. Como o deus que lança o olhar tanto para o passado e o futuro, o início e o fim, a imaginação se lança sobre a ideia nascente e seu efeito no mundo. Segundo Rossi,

o sentido, de fato, confia à imaginação todas as suas imagens das quais, mais tarde, julgará a razão; mas a razão, por sua vez, transmite à imaginação as imagens selecionadas e aprovadas, antes que a resolução se transforme em execução. O movimento da vontade aparece, dessa maneira, precedido continuamente pela imaginação e por ela estimulado.⁴⁹

A retórica seria, portanto, como um fio condutor da lógica (*the print of Truth*) à ética (*the print of Good*), operando ativamente nos dois âmbitos. A imaginação, além de ser coadjuvada pela razão, também a fortalece, resultando daí ações moralmente boas. Rossi também nos recorda que Bacon tinha em conta a crítica de Cícero aos estoicos, que se valiam apenas de sentenças breves para tentar introduzir a virtude na alma humana. Se os afetos humanos aceitassem naturalmente a razão, bastaria apresentar-lhes a verdade nua e seria desnecessário o uso de meios de persuasão. O trunfo da retórica é “tornar visível a virtude”, de fazer com que “os bens futuros se tornem vivos e visíveis como os presentes, de modo a deslocar a imaginação junto com a razão”.⁵⁰

Todas estas considerações nos remetem ao sentido que, muito provavelmente, Rawley tinha em mente ao relacionar, no prefácio, o

⁴⁸ “the face towards Reason hath the print of Truth, but the face towards Action hath the print of Good” (SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 382, tradução minha).

⁴⁹ ROSSI. *Francesco Bacone*, p. 367, tradução minha.

⁵⁰ ROSSI. *Francesco Bacone*, p. 368, tradução minha.

termo “fábula” ao texto de Bacon. É também muito provável que tenha ouvido o próprio filósofo identificá-lo assim. Com uma visão muito particular do gênero, ciente de sua força persuasiva, disposto a divulgar novas ideias para além dos limites restritos dos círculos intelectuais e cortesãos de seu país, principalmente, Bacon, de leitor e intérprete dos mitos antigos, torna-se conscientemente autor de um mito moderno: o mito do avanço científico.

Fábula utópica

A dimensão utópica do pensamento de Bacon coloca em outra dimensão a categoria temporal de sua “fábula”. Mantém-se a imagem de um véu que envolve de mistério a narração, assim como a noção de ilustração advinda do poder altamente alusivo das imagens criadas da conjunção de razão e fantasia. Contudo, o tempo não é mais um ponto que se perde nas brumas de uma idade esquecida. O relato projeta um futuro que, no caso de Bacon, tampouco se assemelha ao que se encontra no texto fundador do gênero utópico; fala muito à época do autor, convida à ação imediata ou à discussão de alguns temas, como possibilidades reais de efetivação. Disto – além da noção de texto paradigmático –, o mesmo Rawley nos dá uma ideia no prefácio: “Certamente, o modelo é mais amplo e elevado que a possibilidade de ser imitado em todos os seus detalhes. Não obstante, a realização da maior parte do que nele se encontra está no poder dos homens”.⁵¹ Este contraste temporal entre os gêneros da narrativa parabólica e da narrativa utópica também se faz perceber na estrutura da *Nova Atlântida*. Fortunati nos chama a atenção para o fato de que nela “é possível ver exemplificados dois aspectos: de um lado, Bacon se serve, para encontrar uma localização para sua ilha, de mitos e de fábulas antigas, de outro, estas se tornam o meio para expor a sua nova concepção da Ciência e de suas possíveis aplicações práticas”.⁵²

Este é um aspecto que aturde boa parte da crítica contemporânea. A ideia de que Bacon fala para o seu tempo, sobre coisas passíveis de realização num futuro não longínquo – o que também abala a categoria do não-lugar, que em Morus encontra-se como um amálgama dos

⁵¹ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. III, p. 127, tradução minha.

⁵² FORTUNATI. *La letteratura utopica inglese*, p. 79, tradução minha.

enunciados de Platão e Luciano sobre o lugar outro, e que em Bacon não há – faz com que alguns estudiosos se mostrem reticentes quanto ao caráter utópico da *Nova Atlântida*.

Num instigante estudo publicado há alguns anos, Colclough dá a entender que este é o ponto que distancia o texto baconiano do filão utópico que começa a surgir mais profusamente: “a questão não é, por certo, que Bensalém esteja tão distante de modo a ser necessariamente imaginária, mas que é, no contexto das recentes viagens, eminentemente provável”. O autor parece admitir como utópico somente o texto que tenha uma clara dimensão política, na detalhada descrição “imaginativa” do melhor estado,⁵³ levando em consideração um enunciado de Bacon que, aparentemente, corrobora esta ideia: “Deus não permita que ofereçamos um sonho de nossa própria imaginação como um modelo de mundo; ao contrário, possa Ele graciosamente conceder-nos escrever um apocalipse ou verdadeira visão dos passos do Criador impressos em suas criaturas”.⁵⁴ Em relação a esta passagem, duas considerações devem ser feitas: primeiramente, Bacon se refere claramente ao plano da sexta parte da *Grande Instauração*, em que será apresentada a “Nova Filosofia; ou Ciência ativa”.⁵⁵ Contra toda uma tradição filosófica que, como vimos anteriormente, Bacon acredita ter sido construída sobre falsos princípios (de que Aristóteles e seus seguidores são um exemplo), o filósofo propõe seu método de investigação direta da natureza. “Pattern of the world”, neste contexto, não se refere à descrição de uma sociedade ideal; em segundo lugar, Colclough parece negligenciar o quanto de utópico pode haver na descrição de um “apocalipse” ou de uma “verdadeira *visão*”. Ainda que a *Nova Atlântida* não seja lida como “a ciência (ou a sociedade) como Bacon desejava”, a ela não falta uma dimensão utópica, caso seja lida como “a melhor sociedade resultante da reforma do conhecimento”.⁵⁶ Este apelo mais imediato e plausível contido na proposta de uma reforma é o que redimensiona o tempo na utopia baconiana, instaurando, a meu

⁵³ COUCLOUGH. *Ethics and Politics in the New Atlantis*, p. 71.

⁵⁴ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. IV, p. 32, tradução minha.

⁵⁵ SPEDDING; ELLIS; HEATH (Ed.). *The Works of Francis Bacon*, v. IV, p. 22, tradução minha.

⁵⁶ COUCLOUGH. *Ethics and Politics in the New Atlantis*, p. 70, tradução minha.

ver, uma nova categoria formal dentro do gênero utópico, como ruptura e, ao mesmo tempo, atualização do paradigma moreano.

Neste sentido, Colclough está certo ao afirmar que “é enganoso tentar ler a *Nova Atlântida* como uma utopia nos moldes moreanos e buscar no texto um sistema de, ou mesmo uma série de *sententiae* sobre, a ética ou a política”.⁵⁷ Bacon não aborda estes assuntos nem de forma objetiva, nem exaustiva. Não delimita de forma mais clara o que é crítica e o que é paradigma. Sua utopia se estrutura na forma de um percurso iniciático que, partindo de uma situação de mais absoluta miséria e desorientação, leva, aos poucos, narrador e leitores, ao conhecimento de seu grandioso projeto de reforma do saber (ou de sua viva descrição). As etapas intermediárias, a escolha de temas específicos relacionados à religião e à vida social em detrimento de uma abordagem mais abrangente, as frequentes rupturas nas discussões de tais temas, o aspecto lacunar do relato, o emprego de uma linguagem austera que, em algumas vezes, sugere respeito ao que se relata, e em outras, uma fina ironia em relação aos costumes que se descrevem, todos estes aspectos, somados à latente efetividade das instituições e procedimentos que no texto são propostos, nos impede de fazer uma leitura pautada no paradigma do texto fundador do gênero.

No caso de Bacon, há uma convergência entre seu texto utópico e o conjunto mais relevante de sua obra: são textos, em sua maioria, fragmentários, sendo algumas dessas lacunas deixadas conscientemente, pelo fato de o autor perceber que a grande obra de reforma do conhecimento só seria concluída após o advento da revolução científica.

Na *Nova Atlântida*, o problema não se mostra muito diverso. Acredito que uma descrição pormenorizada das instituições políticas da ilha não tenha sido oferecida também pelo mesmo motivo – além daquele alegado por Rawley, de que havia certas prioridades a que Bacon decidira atender. Talvez consiga vislumbrar que, com o progresso científico, uma nova ordem política deve, necessariamente, substituir a que vigora em seu tempo. Mas, desta nova ordem, nada pode oferecer, senão indícios. O que faz, a meu ver, no lugar desta descrição, é um relato em que mescla sátira de costumes e crítica social, envoltas pelo véu do mito.

⁵⁷ COUCLOUGH. Ethics and Politics in the *New Atlantis*, p. 68, tradução minha.

Referências

- ALBANESE, Denise. 1990. The *New Atlantis* and the Uses of Utopia. *ELH*, Maryland, v. 57, n. 3, p. 503-528, 1990.
- BACON, Francis. *A sabedoria dos antigos*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- BACON, Francis. *Il parto maschio del tempo*. Trad. Paolo Rossi. Torino: Mondadori, 2009.
- BACON, Francis. *Nova Atlântida: a grande instauração*. Trad. Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70. 2008.
- BERNERI, María Luisa. *Viaje a través de utopía*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1962.
- COUCCLOUGH, David. Ethics and Politics in the *New Atlantis*. In: PRICE, Bronwen (Ed.). *Francis Bacon's New Atlantis: New Interdisciplinary Essays*. Manchester: Manchester University Press, 2002. p. 60-81.
- FARRINGTON, Benjamin. *Francis Bacon, filósofo de la revolución industrial*. Trad. Rafael Ruiz de la Cuesta. Madrid: Editorial Ayuso, 1971.
- FORTUNATI, Vita. *La letteratura utopica inglese: morfologia e grammatica di un genere letterario*. Ravenna: Longo Editore, 1979.
- GUIBBORY, Achshah. Francis Bacon's View of History: the Cycles of Error and the Progress of Truth. *The Journal of English and Germanic Philology*, Illinois, v. 74, n. 3, p. 336-350, jul. 1975.
- JARDINE, Lisa. *Francis Bacon: Discovery and the Art of Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- LE DOEUFF, Michèle. Utopia Scholarly. *Social Research*, v. 49, n. 2, p. 441-466, 1982.
- LEARY JUNIOR, John. E. *Francis Bacon and the Politics of Science*. Iowa: Iowa University Press, 1994.
- McKNIGHT, Stephen. A. *The Religious Foundations of Francis Bacon's Thought*. Columbia: University of Missouri Press, 2006.
- PATERSON, Timothy H. On the Role of Christianity in the Political Philosophy of Francis Bacon. *Polity*, Chicago, v. 19, n. 3, p. 419-442, 1987. <https://doi.org/10.2307/3234797>.

PATRIZI DA CHERSO, Francesco. *Della retorica dieci dialoghi di M. Francesco Patritio*. Venetia, [c1562]. Disponível em: <<http://bivio.filosofia.sns.it/bvWorkTOC.php?authorSign=PatriziFrancesco&titleSign=DellaRetorica>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PELTONEN, Markku. Politics and Science: Francis Bacon and the True Greatness of States. *The Historical Journal*, Cambridge, v. 35, n. 2, p. 279-305, jun. 1992. <https://doi.org/10.1017/S0018246X00025802>.

QUARTA, Cosimo. Paradigma, ideale, utopia: tre concetti a confronto. In: COLOMBO, Arrigo. (Ed.). *Utopia e distopia*. Bari: Dedalo, 1993. p. 175-202.

ROSSI, Paolo. *Francesco Bacone: dalla magia alla scienza*. Torino: Einaudi, 1974.

SMITH, Suzanne. The *New Atlantis*: Francis Bacon's Theological-Political Utopia? *The Harvard Theological Review*, [S.l.], v. 101, n. 1, p. 97-125, jan. 2008.

SPEEDING, James; ELLIS, Robert Leslie; HEATH, Denon (Ed.). *The Works of Francis Bacon*. London: Longman, 1857-74. 14 v.

TROUSSON, Raymond. *Viaggi a nessun luogo: storia letteraria del pensiero utopico*. Ravenna: Longo, 1992.

VICKERS, Brian. Bacon and Rhetoric. In: PELTONEN, Markku (Ed.). *The Cambridge Companion to Bacon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 200-231. <https://doi.org/10.1017/CCOL052143498X.009>.

WHITE, Howard B. *Peace among the Willows: The Political Philosophy of Francis Bacon*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1968. <https://doi.org/10.1007/978-94-010-3431-9>.